

MESTRES-ESCOLAS DO SERTÃO

Ysmélia de Lima Verçosa ¹
Maria Alveni Barros Vieira ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma investigação que procurou delinear o percurso histórico dos mestres-escolas no cenário educacional brasileiro entre os séculos XIX e XX. Tratava-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa que teve como fonte principal de informação, um conjunto de obras escritas por Vieira (2011), Sousa (2016), Pinheiro (2017) e Sousa, Verçosa et all (2019). A leitura e a análise do referencial nos permitiram concluir que, nos sertões piauiense, assim como nas zonas suburbanas das cidades, onde prevaleciam índices elevados de pessoas analfabetas o processo de escolarização permanecia sob a responsabilidade direta das famílias que lançavam mão dos mestres-escolas existentes na região para que seus filhos fossem iniciados no mundo dos letrados.

Palavras-chave: Brasil, História, Mestres-Escolas, Século XX.

INTRODUÇÃO

As práticas educativas desenvolvidas pelos mestres-escolas, foram essenciais no processo de construção da história da profissão docente. É o que afirma Nóvoa (1987) em artigo científico, onde rememora a história dos professores do ensino primário em Portugal, desde o século XVI até aos nossos dias e relaciona as diferentes designações utilizadas no transcurso dos séculos para referenciar os mestres:

[...] mestre-escola ou mestre de ler (século-XVI- -XVII) - mestre régio de ler, escrever e contar (finais do século XVIII) - mestre ou professor das primeiras letras (princípios do século XIX) - professor de instrução primária ou professor primário (finais do século XIX-princípios do século XX) - professor do ensino primário (finais do século XX). (NÓVOA, 1987, p. 417).

A existência da figura do Mestre-Escola no cenário educacional português durante os séculos da colonização, justifica a presença de semelhantes agentes da educação escolar em território brasileiro como parte das práticas educativas herdadas da cultura

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI\CSHNB. E-mail: ysmelia.25@gmail.com;

² Professora Orientadora: Doutora em Educação, Professora da Universidade Federal do Piauí – UFPI\CSHNB. E-mail: mariaalvenibarrosvieira@gmail.com.

européia. Villela (2000) confirma que a exemplo da Europa, havia no Brasil colonial e imperial várias formas e locais de ensinar e aprender:

Nas grandes propriedades rurais, padres ligados aos engenhos ensinavam filhos de fazendeiros, agregados e até escravos. Nos espaços urbanos a diversidade era maior, variando de acordo com as posses e os objetivos das famílias que demandavam a instrução ou com as intenções de certas instituições que ofereciam por motivos religiosos - no caso da Igreja e das associações filantrópicas -, ou como preparação para desempenho de ofícios, como a instrução fornecida por algumas corporações profissionais e, até mesmo, por proprietários de escravos. (VILLELA, 2000, p. 98-99).

Essa variedade de formas e locais de ensinar e aprender vai exigir uma variedade de agentes educativos. Em trabalho que versa acerca da educação doméstica no Brasil, Vasconcelos (2005) elenca um conjunto de mestres que desenvolvia seus ofícios no âmbito domiciliar dos alunos, como os mestres particulares que davam aulas nos dias e horários marcados por seus contratantes, preceptores que habitavam na casa dos alunos, aulas domésticas ministradas pelos pais, tios, avós e padres capelães, além dos mestres-escolas.

Conforme análises feitas pela autora o mestre-escola não faz parte do conjunto de mestres que atuam na educação doméstica, mas de:

[...] outras formas de educação, praticadas no período estudado, que, por vezes, se aproximavam da educação doméstica em seus métodos e práticas, mas, que, em se tratando de ações que ocorriam fora da casa dos aprendizes e que reuniam crianças e jovens de diferentes famílias, em um trabalho que, na maioria dos casos, apesar da utilização do método individual de atendimento, pode ser caracterizado como coletivo, [...]. (VASCONCELOS, 2005, p. 39).

Villela (2000) ressalva que no Brasil do século XIX os mestres-escolas eram figuras populares entre as famílias de poucas posses que desejavam inserir os filhos no universo das aprendizagens escolares. Considerando que nos oitocentos, o modelo escolar ainda não estava rigidamente internalizado, qualquer pessoa que tivesse o domínio razoável da trilogia ler-escrever-calculiar poderia ser designada como mestre-escola: uma função docente, não especializada e geralmente exercida como ocupação secundária.

Em relação ao tempo de existência do mestre-escola na cena educacional Nóvoa (1987) assevera que em Portugal, a instituição de um sistema de ensino estatal nos finais do século XVIII e conseqüentemente o nascimento de uma nova geração de profissionais do ensino, os mestres régios de ler, escrever e contar, vai conduzir ao desaparecimento progressivo dos mestres-escolas. Segundo Villela (2000), aqui no Brasil sua existência

foi prolongada até fins do século XIX, momento em que a formação de professores primários passa a ser realizada nas escolas normais e os mestres-escolas, então considerados poucos instruídos cedendo lugar a “profissionais formados”.

Para fins da construção deste texto, gostaríamos de sublinhar que em fins do século XIX, e mesmo no transcurso do século XX, a escola oferecida pelo governo, assim como os serviços da escola particular, só conseguiram beneficiar crianças e jovens dos centros mais populosos do território brasileiro. Nos sertões piauiense, assim como nas zonas suburbanas das cidades, onde prevaleciam índices elevados de pessoas analfabetas, o processo de escolarização permanecia sob a responsabilidade direta das famílias, que lançavam mão dos mestres-escolas existentes na região para que seus filhos fossem iniciados no mundo dos letrados. Pretendemos, pois, apresentar a trajetória de um grupo de mestres-escolas que permaneceram ativos no cenário educacional piauiense, mesmo quando já havia sido organizada uma estrutura de ensino oficial composto por ensino primário, ensino secundário (propedêutico e profissionalizante) e ensino superior.

METODOLOGIA

Nesta proposta de investigação, intencionamos seguir uma trilha histórica sociológica da educação (DERMATINI, 2001) em suas intersecções com a história cultural. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica (MACEDO, 1996) de abordagem qualitativa (FLICK, 2004) que tem como fonte principal de informação trabalhos que adotaram como objeto de estudo os mestres-escolas, a exemplo do capítulo de livro escrito por Vieira (2011), da biografia da professora Maria Pureza Cardoso registrada em artigo escrito por Sousa (2016), a tese de doutorado de Pinheiro (2017) que versa sobre práticas educativas do mestre-escola Miguel Guarani, no Vale do Guaribas/PI (1938-1971), além de artigo escrito por Sousa, Verçosa et al (2019) como resultados do desenvolvimento de projetos de pesquisa acerca dos sujeitos escolares no Piauí.

O recorte temporal 1930-1970, corresponde ao tempo inicial das práticas educativas dos mestres-escolas por nós compilados nas obras relacionadas como fonte de informação deste trabalho. Pela mesma razão se justifica o recorte final 1970, em relação ao limite espacial, por se tratar de um período em que os mestres-escolas começam a perder clientela na capital e cidades mais populosas do Piauí, sendo impelidos a adentrar, cada vez mais, na zona rural reconhecida como sertão piauiense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contexto educacional piauiense na passagem do período imperial para o republicano, apresenta tendências educativas que vinham em desenvolvimento no século XIX. O entusiasmo pela educação e a crença no seu caráter redentor da sociedade, a preocupação manifestada pelos governos estaduais e municipais acerca da expansão do ensino primário tanto na capital como no interior, impulsionariam o incremento no número de escolas, de alunos matriculados e no número de mulheres formadas como professoras normalistas. Aspectos considerados por muitos historiadores da educação como decisivos para o declínio do ofício de mestre-escola no Brasil no início do século XX.

Todavia, como assevera Queiroz (2008), esse crescimento não acompanhou as expectativas do Estado em relação a população escolarizável, mantendo o Piauí “[...] como uma das unidades da Federação em que o número de analfabetos guardava maior proporção em relação a população total.” (QUEIROZ, 2008, p. 11). Através do acesso a cartas particulares de professores primários, assim como a matérias relativas à instrução publicadas na imprensa, a autora relaciona alguns aspectos da instrução primária como exercidos na zona rural do sertão piauiense nas duas primeiras décadas do século XX: Professores semi-analfabetos e\ou analfabetos; Concursos fraudulentos; Perseguições e exonerações dos professores por critérios políticos partidários; Ordenados miseráveis e frequentemente atrasados; Inexistência de prédios escolares e de verbas para o aluguel de salas; Inexistência de materiais didáticos e utensílios pedagógicos; Alunos rotos e descalços.

Na prática, os resultados foram pífios diante do que pretendiam os novos governantes: formar novos cidadãos, imbuídos de crenças e valores morais pertinentes ao ideal republicano. Assim declarava o censo de 1920 ao revelar que o Piauí possuía 52.255 (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco) habitantes, destes, apenas 8.645 (oito mil, seiscentos e quarenta e cinco) eram alfabetizados. Para cada mil habitantes, apenas 6 (seis) estavam matriculados nas escolas oficiais. Mas era impossível saber quantos teriam sido alfabetizados nas salas dos mestres-escolas.

Não é absurdo supor que nesse cenário permanecia a prática comum dos chefes de família em recorrer ao trabalho do mestre-escola para ensinar seus filhos a ler, escrever

e contar, além de outras matérias que considerarem necessário. O funcionamento de uma dessas escolas criada pela iniciativa particular no sertão de São Raimundo Nonato (PI) foi registrada em fotografia com data de 1912.



Fonte: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1992.

Vieira (2011), observa que a distância das escolas de instrução primária das residências dos alunos assim como a inconstância do seu funcionamento nas zonas rurais ora por falta de alunos, ora por falta de professores, favorecia a forte presença dos mestre-escola nas casas das famílias sertanejas piauienses nas primeiras décadas do século XX.

Após o fenômeno designado como Revolução de 1930 a instrução popular ganharia destaque nos debates educacionais no Piauí com propósito planejar ações que possibilitassem rapidez na execução dos projetos educacionais que tinham como finalidade melhorar os índices de alfabetização da população. Segundo Gonçalves (1980) a estratégia elaborada seria a expansão do ensino primário para o interior do Estado através da construção de grupos escolares cujas aulas seriam conduzidas por professoras normalistas.

De fato, o grupo escolar inaugurou mudanças significativas na educação piauiense através da adoção de métodos de ensino modernos, da organização lógica dos tempos escolares, da divisão do ensino em séries ministrado por diferentes professoras, enquanto os estudantes foram classificados por faixa etária. Além dos diretores e inspetores, Vidal

(2006) aponta a professora normalista como referência principal da renovação escolar, percebida pela comunidade como uma pessoa de competência sólida, ciente de sua missão, de reconhecida moralidade e capaz de exercer o magistério como um apóstolado.

Segundo Faria Filho (2000), o grupo escolar e seus agentes educativos representavam a modernidade zombando das ideias, das práticas pedagógicas, da má formação ou da ausência de formação especializada do velho mestre-escola que perdura nos anos finais do século XIX e avançava nas décadas iniciais do século XX. Sem dúvidas, no período de 1932 a 1937, ocorreu um crescimento significativo no número de matrículas no ensino primário colocando o Piauí em primeiro lugar entre todas as demais unidades da federação. Todavia, as taxas de matrícula permaneceram baixas em relação à população com idade escolar. No censo de 1940 está registrado que quase 80% da população não sabia ler e escrever.

Constata-se que investir somente nesse modelo de escola primária não bastava para sanar o analfabetismo no Piauí, posto que, eram escolas urbanas, erguidas nas cidades mais populosas, cujo raio de alcance das localidades situadas no extremo das zonas rurais era pouco e a maior parte da população, 77,1% morava na zona rural (IBGE, 1940), alheia às benesses do grupo escolar favorecendo a permanência dos mestres-escolas como opção concreta daquelas famílias que consideravam ser necessária a instrução dos filhos na leitura, na escrita e nos cálculos.

Mesmo nas zonas suburbanas, nos arredores das cidades parece permanecer entre as famílias mais humildes a preferência do trabalho realizado pelos mestres-escolas. Em texto onde analisa as experiências narradas pelo piauiense Buggy Britto, Vieira (2011) apresenta a trajetória escolar do menino como aluno na casa da mãe, nas escolas de Teresina (PI) (1915-1920) e como mestre-escola nas residências de famílias que habitavam nos subúrbios da capital nas primeiras décadas do século XX:

Buggy foi mestre particular de primeiras letras. Mestre que comparecia sistematicamente às casas de famílias pobres residentes em lugares distanciados, nas periferias da cidade de Teresina. Ministrava aulas de português e aritmética do curso elementar a outros meninos. Era uma criança que desasnava outras na leitura e na escrita. (VIEIRA, 2011, p. 34).

A autora sublinha que as experiências vivenciadas por Buggy Britto como mestre-escola nas zonas suburbanas de Teresina (PI) não se processaram no vazio, independente de objeto e condições. Ao contrário, encontram-se inseridas no meio social em que o menino viveu revelando, primeiro, as dificuldades dos governantes em universalizar as

oportunidades escolares às crianças no Piauí em princípios do século XX, depois, que aquele já era um mundo profundamente marcado pelos processos formais de educação. Independentemente do local onde o processo ensino-aprendizagem fosse realizado - em âmbito domiciliar, na casa-escola, no salão da Igreja – estaria presente a figura do mestre-escola reconhecido como um agente do ensino escolar.

E continuaria presente nas décadas posteriores, principalmente nas zonas rurais onde residiam a maior parte da população piauiense, assim como a maioria absoluta das pessoas que declararam não saber ler nem escrever (IBGE, 1950,1960,1970). Mesmo com a criação de programas de erradicação do analfabetismo patrocinados pelas instâncias federais, a exemplo do Movimento de Alfabetização Brasileiro (MOBRAL), o mestre-escola continuava a exercer o seu ofício nos sertões do Piauí como mostram os trabalhos escritos por Sousa (2016), Pinheiro (2017), Sousa e Verçosa, et al (2019).

Ao delinear a biografia da professora Maria Pureza Cardoso em sua trajetória como mestre-escola no sertão piauiense, Sousa (2016) relata que a dita professora iniciou no ano de 1937 suas primeiras experiências como mestre em escolas familiares que também recebiam parentes e vizinhos do contratante. Nessas escolas, geralmente a mestre-escola era contratada para ensinar a ler, escrever e contar e seu prestígio social estava vinculado ao fato de ser contratada por fazendeiros que possuíam dinheiro e prestígio social. Entretanto, no intervalo de uma contratação e outra, exercia o trabalho de passadeira de roupa a fim de comprar utensílios de uso pessoal.

A autora esclarece que, naqueles tempos era difícil encontrar pessoas com disposição para exercer o magistério na zona rural e essa realidade contribuirá para o encerramento das atividades de mestre-escola de Dona Pureza por volta dos anos de 1952\1953, posto que, tão logo tenha sido criada uma escola pública estadual na região onde exercia o magistério nas escolas familiares, foi contratada como professora.

Ao tratar da história da educação rural na municipalidade de Picos (PI), Pinheiro (2017) alinha sua narrativa a partir da trajetória docente e das práticas educativas desenvolvidas pelo mestre-escola Miguel Borges de Moura entre os anos de 1938 a 1970. O mestre, que atendia pela alcunha de Miguel Guarani, era conhecido e reconhecido no sertão do Vale do Rio Guaribas, principalmente nas margens formadas pela zona rural, com seus povoados ainda sem estrutura escolar.

Conforme parecer da autora, Miguel Guarani desenvolvia seu ofício como mestre-escola ambulante, viajando para povoados diversos, firmando seus contratos nas fazendas

e casa de povoados, transformando as salas dos domicílios familiares em ambientes escolares provisórios com a finalidade de ensinar crianças e adultos a ler, escrever e contar. No ano de 1941 foi contratado para exercer o magistério público em povoado da zona rural da municipalidade picoense, mesmo assim permanecia exercendo o ofício de mestre-escola nos períodos de férias e de mestre particular recebendo alunos em sua própria residência. E assim exerceu o ofício de mestre-escola até o ano de 1971, quando veio a falecer.

Ao contrário de Dona Pureza e Mestre Guarani que iniciaram o ofício de mestre-escola na década de 1930, outros mestres-escolas do sertão piauiense principiaram mais tardiamente. Em artigo escrito por Sousa e Verçosa, et al (2019) no qual apresentavam parte dos resultados de uma investigação que teve como objetivo geral compreender as práticas educativas dos sujeitos que exerceram o ofício de mestre-escola no semiárido do Piauí, as autoras relacionam a existência de 6 (seis) pessoas que, decidiram iniciar suas atividades como mestres-escolas nas décadas de 1940, 1960 e 1970.

As autoras confirmam que nesses períodos os mestres-escolas ainda eram disputados pelas famílias, principalmente aqueles que tinham adquirido fama como mestre desarnador de meninos e meninas. Explicam as autoras que nesse interstício, um bom mestre-escola era um verdadeiro achado e quem tivesse a sorte de ter um à mão, não ousava desgostá-lo, nem que fosse por força de um motivo forte, até porque a maioria dos pais que os contratavam eram analfabetos e esperavam que os filhos aprendessem a ler, escrever, contar e assinar o nome.

As autoras ressaltam, ainda, que as aulas aconteciam nas pequenas povoações situadas na zona rural, no espaço da casa do aluno, do mestre ou do representante da comunidade, responsável por suas contratações. Que consistiam em aulas diárias por um período que poderia ser de um, dois, três e até seis meses. Constata-se no trabalho das referidas autoras que parte dos mestres escolas por elas entrevistados foram inseridos no serviço público como professores, outros voltaram-se para as lidas no campo e alguns, já no começo da década de 1980, viram suas atividades de ensino transformadas em aulas de reforço escolar.

Considerações Finais

A vista de tudo que foi apresentado sobre os mestres-escolas que desenvolveram suas atividades educativas no sertão do Piauí, podemos concluir que as famílias eram as

principais incentivadoras de ensino a seus descendentes, para que estes viessem a ter acesso ao ensino letrado, criando oportunidades para uma melhor condição de vida. No meio de uma rica diversidade de características particulares dos mestres-escolas, ambientes de ensino e outras formas de educação formuladas por estes com metodologias próprias eram bastantes requisitados e eficientes mesmo não sendo sua única e principal atividade exercida.

Podemos relatar que para se tornar mestre-escola, este tinha que deter conhecimentos a respeito do ler- escrever-contar, não obtendo dedicação exclusiva ou formação em instituições a exemplo das normalistas, na qual seu surgimento com intuito de qualificação da classe, propiciou um certo declínio na busca dos ensinamentos tradicionais.

Indubitavelmente o mestre-escola fazia parte da história da educação do sertão do Piauí. Suas atividades só deixariam de ser requisitadas com frequência em fins da década de 1970, quando ganham maiores destaques as formas estatais e hierarquizadas de profissionalização docente, com a complexidade dos saberes escolares. Parece-nos, que nesse período já não possuíam o prestígio dos seus antecessores, tão pouco a clientela.

É notório que o ensino transmitido pelos mestres-escolas, abrangeu e contribuiu a uma parcela dos que mais necessitavam no interior do Estado piauiense. Mesmo diante das intencionalidades do Estado no ensino escolar no séc. XIX e início do séc. XX, na qual suas propostas não foram bem aplicadas, decorrentes a má organização, planejamento e recursos, contudo os núcleos familiares sertanejos por não terem fácil acesso aos centros populosos, ainda recorriam aos mestres, que também foram essenciais para a construção e qualificação da história docente, a diversidade e autonomia para o ensino era o que mais se destacava nesses grandes senhores, a eficácia era vista e comprovada por discípulos e pais.

REFERÊNCIAS

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo. **UPF**. 2000.

FREITAS, Maria Leonília de, SOUSA; Francisco Antônio Freitas de; FREITAS, Francisco Newton. Professor Felismino Freitas: educação como missão e vocação. Teresina: Zodíaco, 2009. GONÇALVES, Luís Mendes Ribeiro. Impressões e perspectivas. Brasília: **Centro Gráfico do Senado Federal**, 1980.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913 [online]. Rio de Janeiro: **Editora FIOCRUZ**, 1992. 154 p. ISBN 978-85-7541-307-4.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: população e habitação; censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços. Rio de Janeiro, 1940, 1950, 1960, 1970.

NÓVOA, Antonio. Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV- XX). *Análise Psicológica*: [s.l.]. 3 v. p. 413-440. 1987.

PEREIRA, Antônio Sampaio. Velhas Escolas- Grandes Mestres. Teresina, **COMEPI**, 1996.

QUEIROZ, Teresinha. A educação no Piauí (1880-1930). Imperatriz, MA: **Ética**, 2008.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: **Gryphus**, 2005.

VIDAL, D. G. Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971). Campinas: **Mercado de Letras**, 2006.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. O menino e a escola. In: PAIVA, Marlúcia Menezes de. VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de. MEDEIROS NETA, Olívia de. (Orgs.). *Infância, escolarização e higiene no Brasil*. Brasília: **Líber Livros**, 2011.

VILLELA, Heloísa de O.S. O Mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2000.

SOUSA, J. B. De mestre escola a professora pública: a história de vida de Maria Pureza Cardoso Araújo (1920 a 2013). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 67, p. 93–103, 2016. DOI: 0.20396/rho.v16i67.8646088. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8646088>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

SOUSA, Viviane da Luz; VERÇOSA, Ysmélia de Lima; SOUSA, Sandra de Moura, VIEIRA, Maria Alveni Barros Vieira. O fazer pedagógico dos mestres-escolas no semiárido piauiense (1940-1970). **VI Congresso Nacional de Educação**, 5, Fortaleza (CE). Anais eletrônicos, 2019. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/anais.php>>. Acesso em 14 dez. 2019.